



Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral

ISSN: 1984-3755

pistis.praxis@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do
Paraná
Brasil

de Moraes Borges Perobelli, Rachel

Um enfoque bíblico-teológico do lugar da educação na formação da pessoa

Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral, vol. 2, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 527-542

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449749240016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Um enfoque bíblico-teológico do lugar da educação na formação da pessoa

Un enfoque biblico-teologico del lugar de la educación en la formación personal

Rachel de Moraes Borges Perobelli

Pedagoga, Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), coordenadora pedagógica da Faculdade de Teologia Evangélica em Curitiba, Curitiba, PR - Brasil, e-mail: rachelperobelli@gmail.com

Resumo

Este artigo abordará alguns aspectos e contribuições da reflexão cristã sobre a formação da pessoa. Essa reflexão levantará alguns princípios bíblico-teológicos, observando alguns textos sagrados e sua aplicação ao tema e também as contribuições de Martin Lutero, abordadas em alguns de seus escritos. Com esse exercício, pretende-se formular conceitos que estimulem a reflexão sobre o assunto e contribuam com a prática educacional da igreja. Como resultado da experiência profissional pessoal, o diálogo entre educação e teologia tem sido uma opção metodológica no sentido de formular conceitos para a construção

de uma teoria da educação cristã. Este texto é, portanto, parte dessa ação reflexiva e não tem nenhuma pretensão de ser conclusivo, mas de oferecer elementos para esse processo.

Palavras-chave: Educação. Formação da pessoa. Teologia. Educação cristã.

Resumen

En este artículo se discute algunos aspectos y las contribuciones de la reflexión cristiana sobre la formación de la persona. Esta reflexión traerá algunos principios bíblicos y teológicos, observando algunos de los textos sagrados e también las contribuciones de Martín Lutero, que están en sus escritos. Com este ejercicio, se tiene la intención de formular conceptos que ayuden el debate sobre el tema y contribuyan con la práctica educativa de la iglesia. Como resultado de la experiencia personal, el diálogo entre la teología y la educación ha sido una metodología para formular conceptos para la construcción de una teoría de la educación cristiana. Este texto, por lo tanto, es parte de esta acción reflexiva y sin embargo no hay ninguna pretensión de que el sea concluyente, si no que añadir algunos elementos para este proceso.

Keywords: Educación. Formación de la persona. Teología. Educación cristiana.

Introdução

A tradição judaico-cristã e sua leitura sobre o ser humano influenciou várias sociedades, especialmente na cultura ocidental, durante séculos. Há discussões sobre os benefícios e mesmo malefícios que dela decorreram. No contexto da teologia, essa discussão ainda é presente e necessária dentro de sua constituição como área de conhecimento e no estabelecimento de seu objeto de estudo.

De uma forma simplista, o objeto da teologia é o ser humano e sua relação com o transcendente. Tanto observa as intenções divinas para

com ele, como os aspectos de sua relação com o divino. É nesse contexto que a autora deste artigo tem realizado estudos sobre a formação da pessoa, por ser pedagoga e lidar com a formação teológica – ou, mais precisamente, com o ensino dos pressupostos bíblico-teológicos da educação cristã em diálogo com os pressupostos da educação. Essa reflexão interdisciplinar tem sido de grande ajuda no delineamento de um referencial teórico sobre a função educativa da igreja cristã e da atuação pastoral do egresso da teologia.

O artigo dividirá essa reflexão em duas partes: na primeira, serão analisados alguns textos das Escrituras, no sentido de apoiar biblicamente alguns princípios entendidos exegeticamente; na segunda, serão analisados alguns textos de Lutero, bem como suas implicações para a construção de uma teologia da educação para a contemporaneidade. Como eixo de reflexão para a compreensão da pessoa dentro de uma cosmovisão bíblico-teológica, serão utilizados os conceitos existentes sobre o lugar e a função do ensino dentro da fé cristã.

O que diz a Bíblia sobre o ensino

A educação cristã parte da premissa de que todo ensino é o que se sabe a respeito de Deus vêm dele mesmo. Em Isaías 54,13 (NVI,¹ 2000, p. 586) é profetizado que, no tempo messiânico, todos seriam ensinados por Deus. Jesus se reporta a isso em João 6,45 e Paulo o reafirma na primeira epístola aos Tessalonicenses 4,9. Desse modo, todo ensino é decorrente do próprio Deus a cada um de seus filhos e filhas. O educador é seu instrumento, aquele que media o processo de ensino a partir de sua própria vivência da fé e do que Deus mesmo ensina.

Há alguns textos bíblicos clássicos no que se refere ao ensino. Deuteronômio 6 é um deles, e com razão, porque é parte fundamental da constituição do povo hebreu. Ao estabelecer as leis que regeriam esta nação, o ensino aparece como veículo pelo qual se dará o processo formativo tanto social como religioso. O ensino realmente representa a base para a fé e para a construção da relação do ser humano com Deus. Esse texto pertence ao livro no qual estão reunidos os discursos de Moisés ao povo de Israel,

¹ BÍBLIA. Nova Versão Internacional.

como a própria introdução menciona: “Estas são as palavras ditas por Moisés a todo o Israel no deserto, a leste do Jordão, na Arabá, defronte de Sufe, entre Parã e Tofel, Labã, Hazerote e Di-Zaabe” (NVI, 2000, p. 138). Na sequência, há uma narração dos eventos ocorridos com eles até ali, dos capítulos 1 ao 4. No capítulo 5 são lembrados os Dez Mandamentos e Moisés encoraja o povo a permanecer obediente para que tudo corra bem.

O capítulo 6 inicia com mais uma palavra de encorajamento da parte de Moisés, quando menciona “esta é a lei, isto é, os decretos e as ordenanças, que o Senhor, o seu Deus, ordenou que eu lhes ensinasse” (Dt 6.1a). Poderíamos comparar este trecho como um reforço à aprendizagem. Na sequência do texto vem a afirmação de que a obediência aos preceitos ensinados garantiria ao povo vida plena, não apenas a eles mas à sua descendência. Como uma nação que estava sendo estabelecida, há um processo de construção de identidade teocêntrica, em que o povo precisaria aprender quem é Deus e quem são eles mesmos. A palavra chave aí é ensino. Mas ensinar o quê? Por quê? Para chegar aonde?

O texto que se segue narra o que deveria ser feito e como. Em termos de docência, é um modelo bem estruturado de plano de ensino. Aliás, com uma didática própria:

Ouçã, ó Israel: o Senhor, o nosso Deus, é o único Senhor. Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda sua alma e de todas as suas forças. Que todas estas palavras que hoje lhe ordeno estejam em seu coração. Ensine-as com persistência a seus filhos. Converse sobre elas quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar. Amarre-as como um sinal nos braços e prenda-as na testa. Escreva-as nos batentes das portas de sua casa e em seus portões (NVI, 2000, p. 143)

O conteúdo do ensino é a afirmação de que Deus é senhor e único: “o Senhor, o nosso Deus é o único Senhor”. O objetivo do ensino vem em seguida: “Ame o Senhor”. A ideia veterotestamentária de amor tem significado específico e não se restringe a um sentimento apenas. Não é qualquer tipo de amor e nem um amor para algumas ocasiões, como roupa nova ou novo estilo de vida.² Embora em grego haja muitas palavras que

² Faço uma crítica à ideia de adotarmos o estilo de vida de Jesus. Adotar seu estilo de vida não é o mesmo que dizer que ele é meu Senhor.

expressam a ideia de amor, e isto se faz frequente no Novo Testamento, o Antigo Testamento usa esta palavra com certa cautela para se referir à relação do ser humano com Deus – e faz com distinção da ideia grega de *eros* como uma forma de se chegar aos deuses. Na cosmovisão hebraica, ninguém pode chegar a Deus por si. Segundo Coenen e Brown (1989, p. 195), no Antigo Testamento aparecem as figuras de Deus que ama, elege e cria todas as coisas a partir de sua ação direta na natureza e na humanidade. Assim, a aproximação é sempre dele para com suas criaturas, que respondem em obediência, fidelidade e louvor.

O próprio texto esclarece como deve ser esse amor: com todo o coração, toda a alma e todas as forças³. O coração é de onde vem a manutenção da vida; da alma vem o que transcende o corpo e o que nos faz relacionar com o divino e com o outro; as forças expressam a vontade. Isso poderia ser transliterado assim: com tudo o que você é, com tudo o que você gostaria de ser e com tudo o que você tem. É um conhecimento que envolve toda a existência, que em última instância emana e se estabelece no próprio Deus.

Como se dará o ensino? Um bom ensino precisa de um método e seus respectivos procedimentos. O “como” é ensinar com persistência. Os procedimentos metodológicos são: conversar sobre os conteúdos sentado em casa, andando pelo caminho, ao deitar e ao levantar. O método também define os recursos de aprendizagem: amarrar lembretes nos braços e na testa; escrever nos batentes das portas da casa e nos portões. Essa analogia apenas ajuda a perceber com que intencionalidade o ensino deve acontecer.

No entendimento da autora deste artigo, a grande revelação daquele texto é que o amor a Deus é algo ensinável. É óbvio que inclui o milagre e o sobrenatural da ação de Deus, mas é algo que se pode transmitir às gerações – porque se pode ser ensinado, também pode ser aprendido. Não é uma transmissão mecânica de conhecimentos e verdades, mas um processo de vivência e crescimento mútuo.

O ponto aqui é: a fé e o amor a Deus vêm do relacionamento com Ele e por meio das pessoas com as quais se convive. Ensinar sobre o amor de Deus é uma coisa; ensinar a amar a Deus é outra. Isso só pode acontecer na vivência e na mutualidade. Só ensino o que aprendo e só aprendo o que ensino. Vem das ações, não só das palavras; dos comportamentos, e não só do que digo que é verdade.

³ No Novo Testamento Jesus troca forças por entendimento (Mt 22,37).

Na narrativa de Mateus sobre as últimas palavras de Jesus antes de sua assunção (Mt 28,18-20), enfatiza-se novamente o papel do ensino na prática da proclamação do Evangelho. Quando Jesus orienta sobre a necessidade de continuar sua tarefa em fazer discípulos, ele retoma os princípios de Deuteronômio 6. Para esta autora, Mateus 28 é uma releitura de Deuteronômio 6 (Quadro 1). Usualmente, esse texto aparece para fortalecer a ideia da missão evangelizadora da igreja, e realmente o é. A questão é que se coloca uma ênfase equivocada no “ide” e pouco se fala do ensino. No grego, o verbo “ir” não está no imperativo; lá se diz “indo” (isto é: enquanto caminham, enquanto convivem) “façam discípulos.” Ao enfatizar apenas o ir, colocamos força em apenas um aspecto, tornando muito parcial o entendimento das recomendações de Jesus. Na realidade, precisamos olhar o texto como um conjunto para poder ver que uma coisa não caminha sem a outra. Segundo o evangelho de Mateus:

Então, Jesus aproximou-se deles e disse: “Foi-me dada toda autoridade nos céus e na terra. Portanto, vão [indo] e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a obedecer a tudo o que eu lhes ordenei. E eu estarei com vocês até o fim dos tempos (NVI, 2000, p. 796).

A palavra de Jesus começa evocando a autoridade que lhe foi conferida e que agora seria compartilhada com todos os seus seguidores. Ele fala, não como um mestre qualquer, mas como aquele a quem todas as coisas foram submetidas, como afirma o apóstolo Paulo na sua carta aos Colossenses (Cl 1,15-20): os poderes, as coisas visíveis e invisíveis, a própria morte. Ele é o ser supremo e pleno. O termo grego usado neste versículo é *exousia*, que pode ser entendido como autoridade, poder para governar, exercer autoridade, dentre outros. Jesus não só recebia a palavra de Deus, como os antigos profetas, mas falava com a autoridade delegada por Deus. Isso legitimava seu ensino como o do próprio Deus, profetizado em Isaías, ensinando pessoalmente seus seguidores. E é com essa autoridade que todos os que o seguem são convocados a assumir o papel de ensinar o temor ao Senhor.

Quadro 1 - Baseado na comparação dos textos de Deuteronômio e Mateus

Comparação entre os dois textos	
Deuteronômio 6,4-9	Mateus 28,18-20
(...) o Senhor, o nosso Deus, é o único Senhor	Foi-me dada toda autoridade nos céus e na terra
Que todas estas palavras que hoje lhe ordeno estejam em seu coração	(...) ensinando-os a obedecer a tudo o que eu lhes ordenei (v. 20)
Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda sua alma e de todas as suas forças	Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda sua alma e de todo o seu entendimento (Mt 22,37)
(...) quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar	Vão (indo) e façam discípulos

Muitas vezes, a partir desse texto, se enfatiza o “ir” e o “batizando”. O “ir” é usado para fundamentar e justificar o envio missionário e o batismo para configurar a doutrina, e neste aspecto há várias interpretações. Dentro de cada tendência doutrinária se estabelecem o lugar e o papel do batismo e sua posição em relação ao ensino. Antes de pensar em questões dogmáticas, o texto quer nos conduzir a um processo. As nações não se referem a um lugar geográfico, e sim à universalização do Evangelho. Esse deve ser além-fronteiras, sejam elas étnicas, geográficas, culturais ou sociais. O batismo não é como e nem quando e sim por quem. É em nome do Deus Triuno. O ensino é o que discípulo faz para fazer discípulo. Ou seja, discipular é colocar no coração os ensinamentos de Jesus que nos levam ao amor a Deus. A ampliação do texto de Mateus em relação ao de Deuteronômio é a presença eterna e constante de Jesus, que delega sua própria *exousia* aos discípulos e discípulas que o seguiriam e continuariam sua tarefa. E talvez por isso ele tenha dito entendimento em vez de forças, pelo fator novo trazido por sua encarnação que revela o conhecimento de Deus de forma que antes não havia.

O princípio em Deuteronômio é que o amor ao Senhor é algo ensinável. É transmitido às gerações pela vivência. É dinâmico, aprende-se ensinando/ensina-se aprendendo. Em Mateus, o princípio é de que pelo ensino é proclamado o Reino de Deus, é para além das fronteiras (inclusive das portas da igreja visível). É também dinâmico porque faz parte do caminhar (indo) na e pela presença perene do Deus Triuno.

Um terceiro texto que nos ajuda a ver a relação entre ensino e fé é Romanos 10,14-17.

Como, pois, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem não ouviram falar? E como ouvirão, se não houver quem pregue? E como pregarão, se não forem enviados? Como está escrito: “Como são formosos os pés dos que anunciam boas novas!”. [...] Consequentemente, a fé vem pelo ouvir a mensagem, e a mensagem é ouvida mediante a palavra de Cristo (NVI, 2000, p. 906).

Esse texto da carta de Paulo aos Romanos faz parte da discussão sobre a salvação em Jesus. Esse pequeno trecho explicita a necessidade que todos temos de invocar o nome de Jesus, e por isto as perguntas. Desses versículos podemos tirar quatro eixos importantes para a dinâmica da proclamação da salvação em Jesus. Para a autora deste artigo, também são eixos que fortalecem o papel central do ensino nessa mesma dinâmica: fé (crer como resultado do ensino), ouvir (ensino/aprendizagem), pregação (anúncio) e envio (apostolado). Vamos olhar cada uma das palavras pela sequência do texto.

Não há como crer sem que se saiba em quê. Diferente do que hoje em dia se escuta no senso comum em relação à *fé*, que parece fé na fé, crer aqui significa crer em Jesus e em sua missão redentora. Então é óbvio que ninguém pode crer em algo sobre o qual nunca ouviu. Para que Jesus se torne conhecido e, conseqüentemente, invocado, é preciso que haja testemunho encarnado, historicamente e culturalmente situado. Não é uma mensagem insólita e desconectada.

Então, para crer é preciso *ouvir*. Se para invocar é preciso antes crer, para crer é preciso primeiro ouvir. Segundo Stott (1994, p. 346), pelas regras gramaticais a expressão “aquele de quem” (*hon*) deveria ser traduzida como “aquele que”, referindo-se ao orador e não à mensagem. Assim, não haverá crentes sem que haja aqueles que *ouçam* a mensagem por meio dos mensageiros de Jesus.

A terceira palavra, *pregação*, explicita o tipo de mensageiro. A palavra grega utilizada por Paulo (*kerysso*) pode ser traduzida por anunciar, tornar conhecido, proclamar em alta voz. Ela está vinculada à função do arauto (*keryx*), que é comissionado pelo seu soberano para anunciar em alta voz alguma notícia para que todos tenham conhecimento dela. Em

uma época sem recursos abrangentes de comunicação, a pessoa do arauto era indispensável. Ele é o elo entre quem produz a mensagem e aqueles que devem tomar conhecimento dela. Muitas vezes a palavra pregação é limitada ao púlpito dominical. O sentido da palavra é muito mais amplo, e está mais para a figura do pregador em praça pública.

Por último vem a palavra *envio*. Para expressar “enviado”, Paulo usa a palavra grega *apostolos* – a tendência natural é pensar que ele falava de si e dos demais apóstolos, comissionados diretamente por Jesus. Conforme o *Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento* (1989) aponta, no AT esta palavra aparece como envio, mas a ideia não é tanto o envio em si como propósito essencial, e sim a autorização do mensageiro. Ou seja, é aquele encarregado de uma tarefa com a devida autorização, poder delegado de quem o enviou. Stott (1994, p. 347) sugere que se lemos os versículos de forma inversa, veremos a essência do argumento de Paulo. Ele escreve: “Cristo envia seus arautos; os arautos pregam; as pessoas ouvem; os ouvintes creem; os crentes invocam; e aqueles que invocam são salvos”. Para o autor, se os lemos em forma negativa seria assim:

a menos que certas pessoas sejam comissionadas para a tarefa, não haverá pregadores do evangelho; se o evangelho não for pregado, os pecadores não ouvirão a mensagem nem a voz de Cristo; a não ser que eles a ouçam, nunca crerão nas verdades de sua morte e ressurreição; a menos que creiam nessas verdades, eles não invocarão o Senhor; e, se não invocarem o seu nome, nunca serão salvos.

O que tudo isso tem a ver com o ensino? Qual o vínculo com os outros textos? Primeiro, ninguém nasce amando a Deus ou invocando o nome de Jesus. Isso não é inato. A relação com Deus começa quando alguém é ensinado para tal. A fé vem pelo ouvir (v. 17). Assim, amar a Deus é algo ensinável: ensinando a guardar no coração (Dt 6); ensinando a obedecer (Mt 28); e ensinando a crer (Rm 10). Segundo, para que haja ensino é preciso ter quem o faça. No texto de Deuteronômio a tarefa é dada aos pais primeiramente, mas não só a eles. A função pertencia a todo povo, uma vez que viviam em comunidade. Quase dá para dizer que ensina aquele que está mais próximo. Em Mateus, a comissão é para os discípulos de Jesus, não somente os 12, mas para todos os que viriam a crer como entendemos em João 17,20, ou seja, todos os que creem. Da mesma forma, em Romanos

Paulo fala do apóstolo, daquele que foi enviado, comissionado como em Mt 28, para o testemunho. O texto em nenhum momento menciona “alguns” ou dá qualquer ideia de um grupo específico.

Certamente há aqueles separados para o ensino e que se dedicarão especificamente a isto, mas não significa que os demais estejam isentos da tarefa do testemunho. Essa compreensão ajuda a fundamentar uma teoria educacional que prioriza a formação da pessoa, dependendo da interpretação a que se chega. Historicamente, a igreja cristã foi ocidentalizada, e com isto a noção grega de pessoa prevaleceu à noção judaica. Vertentes oriundas da Reforma Protestante preconizam uma determinada noção da pessoa, e com isto vamos ao segundo ponto, as bases teológicas. O que Lutero tem para dizer a esse respeito?

O que nos diz Lutero

Para tornar a fundamentação teológica mais didática, serão abordados aqui alguns conceitos da teologia luterana sob forma de noções a respeito de um tema – um perfil que será adotado em vez de se discutir as questões dogmáticas propriamente ditas. É assim que a autora deste artigo tem trabalhado a disciplina de Educação Cristã, no que diz respeito às tendências pedagógicas, a partir do trabalho de Mizukami, porque assim pode-se aplicar a mesma estrutura de pensamento nas concepções teológicas e fazer a aproximação entre a pedagogia e a teologia.

A noção de pecado

Tillich (2000) faz uma análise da teologia de Lutero em quatro aspectos: pecado e fé, ideia de Deus, doutrina de Cristo e Igreja e Estado. Segundo ele (2000, p. 243), Lutero considera o pecado como falta de fé e pressupõe um conceito que nada tem a ver com a aceitação de doutrinas.

A noção de pecado é que a vida foi corrompida, o que Tillich (2000, p. 244) chama de deformação existencial. De acordo com o autor, esse conceito, dito nos termos da psicologia moderna, expressaria que o homem está em conflito consigo mesmo, no cerne de sua vida pessoal, no seu íntimo. Lindberg (2001, p. 92s) afirma que Lutero entende o pecado em termos teológicos e não

em termos éticos. Assim, pecado não é fazer coisas más e sim não confiar em Deus. É recusar Deus como Deus, afirmando nossa própria justiça contra ele.

A noção da pessoa

Segundo Lindberg (2001, p. 92), a compreensão radical de Lutero sobre a justificação também gerou uma compreensão radical da pessoa diante de Deus, e isso o distanciou das antropologias que dividem a pessoa em corpo e alma, carne e espírito, dentre outros. Ele diz que, para Lutero, a pessoa é sempre como um todo, e a distinção entre carne e espírito apenas se refere à sua situação diante de Deus. Viver de acordo com a carne é estar em rebelião contra Deus, e viver segundo o espírito é confiar na sua graça. Assim, o ser humano é ao mesmo tempo justo e pecador, pois

percebemos que é justificado o ser humano, porém o ser humano ainda não é justo, mas que se encontra no próprio movimento ou marcha em direção à justiça. Por isso, quem quer que seja justificado ainda é pecador, e, todavia, é considerado plena e perfeitamente justo por Deus, que perdoa e se compadece. Deus, porém, perdoa e se compadece de nós porque Cristo, nosso advogado e sacerdote, intercede [por nós] e santifica nosso início de justiça (LUTERO, 1992, p. 204).

Na compreensão de Tillich (2000, p. 245), para Lutero o ser humano significa não-ser, vir a ser e ser. Significa estar em falta, em possibilidade, em ação. Significa viver sempre em pecado, em justificação e em justiça. Significa sempre ser pecador, penitente e justo. Assim, tanto a percepção de quem sou como pecador quanto como justificado vem pela fé. É pela fé que me percebo como ser humano. Lindberg (2001, p. 91) diz que Lutero entendia a fé como a confiança na promessa de aceitação de Deus daqueles que de fato são inaceitáveis. É uma relação com Deus baseada na confiança nele. Nas palavras de Lutero, “a fé não é um assunto insignificante e trivial [...]; é, antes, uma confiança sincera em Deus, através de Cristo, de que o sofrimento e a morte de Cristo te dizem respeito e deveriam pertencer-te” (LUTERO apud LINDBERG, 2001, p. 92).

Isso não subentende uma mera substituição das obras pela fé. A pessoa não pode gerar fé por si mesma, pois esta é dom de Deus. É uma fé

baseada numa relação de confiança de que os pecados foram perdoados e a aceitação deste perdão como ação graciosa da parte de Deus. Segundo Tillich (2000, p. 245), Lutero entende que é a fé que humaniza as pessoas, não se tratando de aceitar doutrinas, mas de aceitar o poder do qual procedemos e para o qual vamos.

Para Ebeling (1988, p. 95), a distinção entre lei e evangelho coincide com a compreensão do evangelho como justificação somente pela palavra, somente pela fé. Abandonar tal distinção é o mesmo que perder o puro evangelho. Essa, segundo o autor, também coincide com a distinção do ser humano como justo e salvo. Não uma justiça pelas obras e sim pela fé, presenteada. Assim, o cristão é pecador em si mesmo e ao mesmo tempo é justo fora de si, mediante Jesus Cristo. Isso nos leva à noção do que é conhecimento.

Noção de conhecimento

A percepção sobre a pessoa de Cristo e sua obra também é uma marca da teologia luterana. Segundo Tillich (2000, p. 247), a cristologia luterana correlaciona o que Cristo é para o ser humano com o que se diz sobre ele. Cristo é Deus para nós, nosso Deus, que se relaciona conosco e também é a Palavra de Deus. Para o autor, o protestantismo deve entender essa relação existencialmente para que faça sentido. A partir daí, ele levanta as várias etapas da doutrina de Lutero sobre a Palavra. A primeira é a Palavra interna, ou o coração de Deus, ou a automanifestação de Deus. A segunda é que Cristo é a Palavra visível, pois o coração de Deus se fez carne, é realidade histórica. A terceira é a Palavra de Deus como a palavra falada pelos profetas, por Jesus e pelos apóstolos. E o quarto significado é que a Palavra de Deus é a palavra da pregação, do anúncio.

Contudo, para Tillich (2000, p. 249), o caráter especial da doutrina de Lutero sobre a encarnação é a contínua ênfase da pequenez de Deus nesse ato. Essa natureza paradoxal de Deus que se revela no mais frágil e menor. O mais fraco é o mais forte, o Deus todo-poderoso que repousa no berço. Ebeling (1988, p. 187) afirma que, para Lutero, a verdadeira chave para o autêntico conhecimento de Deus é o que é revelado, ou seja, o conhecimento de Deus revelado em Jesus Cristo.

A repulsa de Lutero pelo uso da razão nas questões teológicas não faz dele um irracionalista. Ao contrário, ele entendia que a razão era imprescindível para ordenar, julgar e discernir os assuntos da sociedade e seu governo. Na

concepção teológica de Lutero há dois reinos, ou regimentos: o secular e o espiritual, que não são autônomos entre si, pois ambos foram instituídos por Deus. O primeiro se refere à existência temporal sobre a terra, para o qual Deus deu a razão para governar e organizar a vida secular. O segundo se refere à relação com Deus, e esse se exercita pela fé baseada no Evangelho (DEFREYN, 2005, p. 60). Assim, para Lutero a razão não deveria ser usada para chegar ao conhecimento de Deus, da mesma forma que para o governo e organização do mundo não se deveria partir do princípio do Evangelho.

Noção de Mundo

A doutrina dos dois reinos traz consigo interpretações e aplicações controvertidas. No contexto da Idade Média, não era uma ideia nova. Lutero mesmo já havia tido contato com os textos de Agostinho sobre a cidade eterna e a cidade terrena. Segundo Ebeling (1988, p. 141), o mundo medieval estava caracterizado por essa dupla estrutura espiritual-mundana. Mas Lutero não tem essa visão dualista que lhe foi imputada. Para Duchrow (1987, p. 19), o pensamento de Lutero é multidimensional e complementar. Para esse autor (1987, p. 10), a concepção de Lutero é que os seres humanos têm que lidar consigo, com os outros e com o mundo em que vivem, de maneira que suas relações e a própria vida sejam possíveis e até melhores. Nessa dimensão, Deus dá aptidões, instrumentos e liberdades diferenciadas para que as pessoas lidem com essas questões de maneira responsável. Essas boas dádivas se resumem à razão, não nos termos da racionalidade moderna, mas num aspecto de algo que promova o bem de todos. Ou seja, Deus dota os seres humanos com a razão para impedir que usem mal suas capacidades humanas. A luta de Deus contra o mal se manifesta em todas as esferas da vida para estabelecer seu reino neste mundo.

Segundo Streck (2005, p. 33), essa é a esfera do governo temporal de Deus, em que os seres humanos, dotados pela razão, podem usar suas aptidões para promover o bem comum. Duchrow (1987, p. 10) acrescenta que, por meio de seu Espírito, Deus liberta os seres humanos do pecado e do mal e os conduz ao bem, mediante a revelação em Cristo. Esse é o governo espiritual de Deus. Nas palavras de Lutero, citado por Ebeling (1988, p. 146):

O mundo está contido nesses dois reinos: o primeiro pertence às consciências atribuladas, o segundo às cabeças duras e

empedernidas. Não se necessita de cristãos para constituírem a autoridade. Da mesma forma, não é preciso que o imperador seja um santo. Para o exercício de sua função, não é preciso que ele seja cristão. Para ele basta que tenha juízo.

Ao que Ebeling conclui que a autoridade secular não existe só entre os cristãos, não sendo o caráter cristão que a legitima. Duchrow (1987, p. 11) aponta que, para Lutero, isso significa que o duplo governo de Deus, temporal e espiritual não se opõe de forma dualista e independente às instituições humanas que têm a tarefa de promover o bem comum, como expressão do amor gracioso de Deus. Antes se complementam e se inter-relacionam.

Ebeling (1988, p. 149) traça três linhas mestras, como chama, para compreender a doutrina dos dois reinos. Primeiro, os dois reinos estão relacionados um com o outro e ambos estão sob o senhorio de Deus. Segundo, os dois reinos não se diferenciam como duas leis conflitantes e concorrentes, estando constituídos pela relação dialética entre lei e evangelho. E terceiro, a doutrina dos dois reinos se concentra na consciência. Por causa da consciência, é necessário distinguir os dois reinos, e por causa dela, também juntá-los. Nas palavras de Lutero,

diante de Deus e no serviço de sua autoridade tudo deve ser igual e misturado, seja espiritual ou secular, tanto para o papa como o imperador, o senhor como o servo, não valendo aqui diferença e prestígio de pessoas. Diante de Deus, um é tão bom como o outro. Pois ele é um só Deus, de todos igualmente senhor, de um como de outro (LUTERO apud EBELING, 1988, p. 151).

A importância de compreender isso é que a educação das pessoas não é simplesmente para o serviço da igreja e formação de sacerdotes. A razão foi dada para organizar e governar o mundo e suas relações sociais, políticas e econômicas. Ainda que a finalidade última do ser humano seja voltar-se a Deus, a vida secular é tarefa humana e a razão, ou a capacidade de discernir, deve ser usada para instaurar a justiça e a paz.

Sabemos que, historicamente, a modernidade sedimentou a ideia do ser humano autônomo, e certamente não é a autonomia proposta por Lutero. É a educação que faz o ser humano no e para o mundo secular, no sentido de que a fé torna a pessoa consciente de sua condição humana. Ao fazê-lo, faz também para o Reino de Deus. Se a perspectiva do Reino (Jesus) é tirada, a educação faz o ser humano no e para o mundo (homem secularizado). O

que é multidimensional, se olhado pela perspectiva do Evangelho de Jesus, torna-se ou restringe-se a uma única dimensão, que é temporal e finita.

Considerações finais

A contribuição desses princípios para a educação é a de definir o lugar do ser humano no processo de formação, tanto para a fé como para o cotidiano. A concepção que se tem da pessoa define a forma como se lida com ela, bem como seu lugar na sociedade e na comunidade religiosa.

Por exemplo: se só olho o ser humano como pecador, vou tratá-lo apenas na perspectiva do juízo legalista e chegarei à desesperadora conclusão de que é escória e que não tem recuperação. Aliás, o conceito da graça muitas vezes é mais parte das pregações do que de ações. Existe tanto zelo pela não banalização da graça, que as instituições religiosas se apegam aos caminhos rígidos que nada têm de expressão da manifestação graciosa de Deus em Jesus.

Este artigo, então, tentará delinear alguns princípios fundamentais. Primeiro, o ensino não é um dentre os tantos ministérios na igreja. Ele perpassa as relações de construção e desenvolvimento da fé. A fé é vivencial, comunitária, relacional – o que obviamente não conduz a um ensino não intencional, formal e planejado. Segundo, o exercício do Sacerdócio Universal, da vocação cristã (ministério), é para o mundo secular e não para o “culto”. O culto é momento de celebração e adoração. Entender o uso dos dons apenas no serviço da igreja visível é reducionismo. Terceiro, é pelo ensino do Evangelho que as pessoas se conscientizam de sua humanidade (justa/pecadora) e podem, assim, se relacionar com o Deus da graça, revelado em seu Filho Jesus, sabendo também como devem ser pessoas no mundo.

Em termos práticos para o ministério pastoral, eu diria que o ensino é sua real função. Os cursos de teologia deveriam se aproximar mais da licenciatura que do bacharelado. O pastor/sacerdote, a pastora, aqueles que se dedicam especificamente ao ministério ordenado, são aqueles que vão planejar e coordenar os processos de instrução na fé dentro deste espaço formal que é a igreja local. Esta autora tem plena convicção de que, se não se os cristãos não assumirem com veemência sua formação, será difícil sobreviver à secularização. Claro que não desconsidero a soberania de Deus na manutenção de seu povo. O que quero dizer é que os desafios de hoje são diferentes de outras épocas, e tenho a impressão de que somos os

últimos a perceber isto. Não podemos mais pressupor que nossa sociedade ainda veja a igreja (instituição) como referência de conduta e vida.

Nesse sentido, a educação cristã toma a responsabilidade de trabalhar em função da formação da pessoa, para que seja apta a encontrar seu papel no mundo, de forma plena, no exercício de sua cidadania, com direitos e deveres, de maneira que possa promover o bem comum. Ao se conscientizar de quem é diante de Deus, o ser humano se vê também em seu lugar sócio-político-cultural. É uma relação íntima de perdoado pela graça de Jesus, que conhece sua condição de filho adotivo e não menos amado, que vê o mundo não como um plano, mas na multidimensão do Reino de paz e justiça.

É nesse aspecto que entendo que a teologia tem muito a oferecer à reflexão contemporânea sobre quem é o ser humano e os processos que o tornam consciente de sua humanidade.

Referências

BÍBLIA. **Nova Versão Internacional**. São Paulo: Vida e Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

DUCHROW, U. **Os dois reinos**. São Leopoldo: Sinodal, 1987.

COENEN, L.; BROWN, C. (Ed). **Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1989. v. 1.

EBELING, G. **O pensamento de Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 1988.

LINDBERG, C. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LUTERO, M. Debate acerca da justificação. In: KAYSER, I. (Ed.). **Obras selecionadas**. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 1992. p. 201-243.

MIZUKAMI, M. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

TILLICH, P. **História do pensamento cristão**. São Paulo: ASTE, 2000.

Recebido: 05/04/2010

Received: 04/05/2010

Aprovado: 26/06/2010

Approved: 06/26/2010